



MUNICÍPIO DE CARMO DO PARANAÍBA

Termo de Referência para bens e serviços

Base legal: Lei federal nº 14.133/2021

1. Objeto

1.1 Aquisição de veículos para a Secretaria Municipal de Saúde nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	VEÍCULO BICOMBUSTIVEL (ÁLCOOL/GASOLINA), ZERO KM, ANO/MODELO 2024/2024, 05 LUGARES INCLUINDO O MOTORISTA, DIREÇÃO HIDRAÚLICA OU ELÉTRICA, AIR BAG, 04 PORTAS, CÂMBIO MANUAL OU AUTOMÁTICO. COM 04 PARAFUSOS EM CADA RODA. POTENCIA MÍNIMA 71 CAVALOS. DISTÂNCIA ENTRE EIXOS MÍNIMA DE 2.370 mm, MOTORIZAÇÃO 1.0 A 1.6, AR CONDICIONADO. TRIO ELÉTRICO. PORTA MALAS A PARTIR DE 300 LITROS. 0 KM, FABRICADO NO MÁXIMO HÁ 06 MESES COM TODOS OS ACESSÓRIOS MÍNIMOS OBRIGATÓRIOS CONFORME LEGISLAÇÃO EM VIGOR. COR BRANCO	UND	04	98.296,66	393.186,64
2	VEÍCULO TIPO FURGÃO ,	UND	01	117,463,33	117,463,33



MUNICÍPIO DE CARMO DO PARANAÍBA

Termo de Referência para bens e serviços

Base legal: Lei federal nº 14.133/2021

STANDARD, 0 KM, FRIO ABS, CARROCERIA FECHADA, AR CONDICIONADO , BICOMBUSTÍVEL, ALARME CHAVE COM TELECOMANDO, VOLANTE COM REGULAGEM DE ALTURA , BANCO DO MOTORISTA COM REGULAGEM DE ALTURA, BANCOS DIANTEIROS RECLINÁVEIS REVESTIDOS EM TECIDO, CINTO DE SEGURANÇA DIANTEIROS RETRÁTEIS 3 PONTOS, DIREÇÃO HIDRÁULICA, TRAVA ELÉTRICA, ALARME, ILUMINAÇÃO NO COMPARTIMENTO DE CARGA. ALTURA APROXIMADA DO SOLO: 174mm, ALTURA APROXIMADA DO VEÍCULO 1.900 mm, CAPACIDADE APROXIMADA DA CARGA 650 kg, CAPACIDADE VOLUMÉTRICA DA CARGA APROXIMADA 3.100 LITROS, , COMPRIMENTO APROXIMADO DO VEÍCULO 4.384 mm, ENTRE-EIXOS				
---	--	--	--	--



MUNICÍPIO DE CARMO DO PARANAÍBA

Termo de Referência para bens e serviços

Base legal: Lei federal nº 14.133/2021

2.717mm, TANQUE DE COMBUSTÍVEL 58 LITROS, POTÊNCIA MÍNIMA (CV) 85 rpm, TORQUE MÍNIMO 12,4 rpm.				
--	--	--	--	--

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

Vigência

1.4. . O prazo de entrega dos veículos será, no máximo de 60 (sessenta) dias, a partir da assinatura do contrato e nota de empenho.

2. Fundamento e justificativa acerca da necessidade da contratação

2.1. Aquisição de veículos para atender à indicações de Emendas Parlamentares e a Emenda Impositiva da Câmara Municipal de Carmo do Paranaíba, como investimento na Política de Estruturação da Atenção Primária à Saúde e de Assessoramento e Gerenciamento das Políticas Públicas.

2.2. A Secretaria Municipal de Saúde, necessita de veículos para os setores administrativos das UBS'S – Unidades Básicas de Saúde, para os agentes de endemias e para a Gestão . Tais veículos serão utilizados para o transporte dos funcionários em visitas domiciliares, reuniões, treinamentos e transporte de materiais como vacinas, medicamentos materiais educativos e outros.

2.3. Trata-se da necessidade da aquisição de veículos automotores terrestre 0KM, para compor a frota da Secretaria Municipal de Saúde.



MUNICÍPIO DE CARMO DO PARANAÍBA
Termo de Referência para bens e serviços
Base legal: Lei federal nº 14.133/2021

2.4. A aquisição compreende 04 (quatro) veículos bicomcombustível, zero km , ano / modelo 2024/2024, com 05 lugares incluindo o motorista , direção hidráulica ou elétrica, air bag, 04 (quatro) portas, câmbio manual ou automático.

2.5. Aquisição de 01 (um) veículo para a Vigilância Epidemiológica – agente de endemias, permitirá que os agentes ampliem a área de cobertura , chegando a regiões mais distantes e de difícil acesso com mais rapidez e eficiência.

2.6. A descrição da necessidade da aquisição visa a solução mais adequada do problema sob a perspectiva do interesse público.

2.7 . A aquisição de veículos para os serviços administrativos da Secretaria de Saúde é essencial para garantir a eficiência, eficácia e qualidade dos serviços prestados. Esta justificativa aborda as principais razões para a necessidade desta aquisição, destacando os benefícios operacionais, econômicos e sociais.

2.8. A Secretaria de Saúde precisa garantir que seus funcionários possam se deslocar rapidamente entre diferentes unidades de saúde, participando de reuniões, inspeções e ações administrativas essenciais.

2.9. Facilitar o transporte para eventos, treinamentos e outras atividades fora do local de trabalho, sem depender de transporte público ou serviços terceirizados.

2.10. Melhoria das condições de trabalho ao proporcionar transporte seguro e confortável para os funcionários, reduzindo o estresse e a fadiga associados ao uso de transporte público ou pessoal.

2.11. A Aquisição dos veículos será feita , tendo como recursos financeiros, Resoluções Estaduais:

*Resolução SES Nº 9254, de 20 de dezembro de 2023

* Resolução SES Nº 9.231 de 18 de dezembro de 2023

* Resolução SES Nº 8686 de 02 de maio de 2023



MUNICÍPIO DE CARMO DO PARANAÍBA
Termo de Referência para bens e serviços
Base legal: Lei federal nº 14.133/2021

* Emenda impositiva nº 17/2023 – Câmara municipal de Carmo do Paranaíba / MG

O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

3 . Descrição da solução como um todo considerando o ciclo de vida do objeto e especificação do produto

3.1. A Secretaria Municipal de Saúde , recebeu recursos, através de emendas parlamentares e emenda impositiva da Câmara Municipal de Carmo do Paranaíba, para aquisição de automóveis, visando garantir a estruturação dos serviços administrativos das Unidades Básicas de saúde – UBS'S , da Secretaria de Saúde e da Vigilância Epidemiológica.

3.2. Os veículos são de suma importância para os serviços administrativos, tanto das Unidades Básicas de Saúde – UBS'S, dos agentes de endemias, quanto da gestão, na realização de visitas domiciliares,, transporte de materiais e outros serviços essenciais.

3.3.Os veículos facilitam o deslocamento de funcionários para diversas localidades, permitindo uma resposta mais ágil e eficiente a emergências e necessidades administrativas. Isso inclui visitas a unidades de saúde, transporte de materiais e medicamentos, e inspeções regulares.

3.4. Veículos são fundamentais para o apoio logístico em campanhas de vacinação, programas de saúde comunitária e outras iniciativas. Eles permitem que as equipes cheguem a áreas remotas ou de difícil acesso, ampliando o alcance das ações de saúde pública.

3.5. A aquisição dos veículos é um investimento crucial para a melhoria dos serviços de apoio administrativo da Secretaria Municipal de Saúde. Seguindo este plano detalhado, a administração garantirá uma aquisição eficiente,



MUNICÍPIO DE CARMO DO PARANAÍBA
Termo de Referência para bens e serviços
Base legal: Lei federal nº 14.133/2021

transparente e alinhada com as melhores práticas de gestão pública e sustentabilidade.

4. Requisitos da contratação

4.1. A aquisição de veículos para o setor administrativo da Secretaria de Saúde deve seguir uma série de requisitos e critérios para garantir que os veículos atendam às necessidades específicas e operacionais do setor :

4.1.1. Devem possuir :

- * Equipamento de segurança completo, incluindo airbags, sistemas de freios ABS, controle de estabilidade, e cintos de segurança para todos os ocupantes.
- * Com 04 parafusos em cada roda.
- * Potência mínima 71 cavalos
- * Motorização 1.0 a 1.6.
- * Ar condicionado
- * Porta malas a partir de 300 litros.
- * Cor branco

4.1.2. Veículos com capacidade adequada para transportar documentos, equipamentos e materiais necessários para as operações administrativas, com fornecedores que ofereçam garantia, serviços de manutenção e suporte técnico.

4.2. A aquisição de veículos para a Vigilância Epidemiológica agente de endemias deve seguir uma série de requisitos e critérios para garantir que os veículos atendam às necessidades específicas e operacionais do setor.

4.2.1. Devem possuir:

- * Carroceria fechada
- * Tanque de combustível com capacidade para 58 litros
- * Potência mínima (cv) 85 rpm
- * Ar condicionado
- * Capacidade aproximada da carga 650 kg



MUNICÍPIO DE CARMO DO PARANAÍBA
Termo de Referência para bens e serviços
Base legal: Lei federal nº 14.133/2021

4.3. Os veículos devem estar em conformidade com as normas e regulamentos de trânsito e segurança vigentes.

4.4. Será exigido da licitante Atestado de Capacidade Técnica, na fase da habitação no processo licitatório, devendo ser comprovado que a empresa possui capacidade técnica, mediante comprovação de fornecimento de bens similares com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

4.5. . Apresentação de manuais, catálogos e/ou folhetos dos objetos a serem fornecidos, a fim de facilitar a análise técnica da Unidade Requisitante para classificação ou não da empresa arrematante;

5. Da execução do objeto

5.1. A aquisição dos veículos se faz necessária para atender às demandas de serviços da Secretaria de Saúde, Vigilância Epidemiológica e Unidades Básicas de Saúde.

5.2. A aquisição dos veículos envolve um processo detalhado e rigoroso para garantir que a compra atenda às necessidades das Unidades e siga as normas legais e administrativas.

5.3. Cada uma dessas etapas deve ser documentada de forma rigorosa para garantir transparência, eficiência e conformidade com a legislação vigente.

5.4. Cabe à empresa contratada, dar garantia de no mínimo 03 (três) anos, revisão e assistência técnica sem ônus adicional, conforme manual do fabricante, e deve ser prestada no prazo de até 05 (cinco) dias úteis a partir da comunicação do Município.

5.5. Será exigido da licitante Atestado de Capacidade Técnica, na fase da habitação no processo licitatório, devendo ser comprovado que a empresa possui capacidade técnica, mediante comprovação de fornecimento de bens



MUNICÍPIO DE CARMO DO PARANAÍBA

Termo de Referência para bens e serviços

Base legal: Lei federal nº 14.133/2021

similares com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

5.6. Apresentação de manuais, catálogos e/ou folhetos dos objetos a serem fornecidos, a fim de facilitar a análise técnica da Unidade Requisitante para classificação ou não da empresa arrematante;

5.7. AQUISIÇÃO: CARACTERÍSTICAS GERAIS:

5.7.1. Veículo novo, zero quilômetro, ano/modelo 2024 e primeiro emplacamento, conforme legislação vigente.

5.7.2. RODAS E PNEUS:

- Rodas de liga leve idênticas às fornecidas ao mercado varejista, de medidas compatíveis com o pneu utilizado, montadas com pneus idênticos aos do veículo original de fábrica, inclusive índices de velocidade e carga suportada;
- O pneu deve suportar o peso do veículo e resistir às sobrecargas dinâmicas produzidas em aceleração e frenagem, pavimentação precária e buracos.

5.7.3. SISTEMA ELÉTRICO:

- A bateria deverá ser fixada em compartimento específico e deverá ser projetada para suportar possíveis vazamentos e vibrações externas.
- Trava elétrica de fechamento e abertura de todas as portas e vidros através de controle remoto;
- As portas devem ser abertas pelo lado de dentro com um único movimento da alavanca de abertura, mesmo que isso signifique que as portas não travem automaticamente.
- É necessário que os faróis sejam desligados manualmente quando desejado com o veículo ligado.
- Sempre que houver faróis auxiliares, estes devem desligar-se quando a ignição do veículo for desligada;



MUNICÍPIO DE CARMO DO PARANAÍBA

Termo de Referência para bens e serviços

Base legal: Lei federal nº 14.133/2021

- Iluminação interna com opção de controle independente na luminária, de modo a impedir ou permitir o acendimento automático quando da abertura das portas;

5.7.4. REVESTIMENTO INTERNO:

- Piso (motorista e passageiros) revestido em material resistente, antiderrapante, não absorvente e lavável, na cor preta, além de tapetes de borracha ou polivinil carbono (PVC) nos locais destinados aos ocupantes para apoiarem os pés, inclusive o motorista, com dispositivo, velcro/botão ou outra forma de fixar o tapete ao piso, evitando-se sua movimentação;

5.7.5. DIVERSOS:

- Sensor de estacionamento na parte traseira do veículo, com identificação de obstáculos próximos ao veículo, que emita aviso sonoro ao motorista quando em marcha à ré, resistente a interferências de ruídos eletromagnéticos;
- Película de segurança e controle solar, em todos os vidros do veículo (preta ou fumê), inclusive para- brisas (incolor). A película deverá rejeitar, no mínimo, 90% da radiação UV e observar a graduação máxima permitida pela Resolução 254/2007-CONTRAN. As películas devem ser fornecidas, inclusive, com a chancela indelével obrigatória. Não serão aceitos adesivos em sua substituição.
- **Tampa de combustível contendo indicação clara sobre o tipo de combustível utilizado para evitar o abastecimento errado do veículo;**

5.8. O VEÍCULO DEVERÁ:

- a) ser equipado com os itens de segurança exigidos por lei;
- b) estar de acordo com as normas técnicas da ABNT, bem como as homologadas pelo PROCON/IBAMA;
- c) atender aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, e nº 272, de 14/09/2000 e legislação correlata;



MUNICÍPIO DE CARMO DO PARANAÍBA

Termo de Referência para bens e serviços

Base legal: Lei federal nº 14.133/2021

d) atender aos limites máximos de emissão de poluentes que estejam em conformidade com Programa de Controle da poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE P7, conforme Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986 e nº 315, de 29/10/2002, e legislação correlata, preferencialmente dotados de tecnologia que faculte a diminuição da emissão de gases e/ou substâncias poluentes.

e) Os veículos deverão ser entregues plotados com os dados do Município e com logomarca oficial, de acordo com a resolução ou recurso. Os adesivos de plotagem serão transparentes ou branco nas medidas 50x30 cm e deverão ser plotados nas duas laterais de cada veículo. (O Município enviar modelo de arte junto com a ordem de compras), a contratada deverá enviar arte final para aprovação do município antes da plotagem.

f) Todos os veículos deverão ser entregues com vedação completa, e demais equipamentos normais de produção pertinentes ao modelo e equipamentos exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro.

g) PRIMEIRO EMPLACAMENTO: Os veículos deverão ser entregues já emplacados com primeiro emplacamento em nome da Prefeitura Municipal de Carmo do Paranaíba/MG devidamente registrado no DETRAN. Qualquer despesa com o emplacamento do veículo será responsabilidade da vencedora do certame .

5.9. Os veículos deverão serem entregues com prazo máximo de 60 dias, a contar da nota de empenho, na Secretaria Municipal de Saúde, à Rua Antônio Manoel, 515, bairro JK.

5.10. A Administração exige que os serviços de manutenção e assistência técnica sejam prestados mediante deslocamento de técnico ou disponibilizados em unidade de prestação de serviços localizada em distância compatível com suas necessidades (Art. 40, §4º, Lei nº 14.133, de 2021).

5.11. A empresa deverá apresentar junto com a proposta , declaração firmada pela licitante, de que o veículo ofertado dispõe de assistência técnica localizada a uma distância de até 300 km do município de Carmo do Paranaíba.



MUNICÍPIO DE CARMO DO PARANAÍBA
Termo de Referência para bens e serviços
Base legal: Lei federal nº 14.133/2021

6. Gestão do contrato

6.1 Fiscalização

6.1.1 O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

6.1.2 O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

6.1.3 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.1.4 O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.1.5 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.1.6 O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.1.7 O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário

6.1.8 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao



MUNICÍPIO DE CARMO DO PARANAÍBA
Termo de Referência para bens e serviços
Base legal: Lei federal nº 14.133/2021

gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.1.9 A fiscalização do contrato em questão será realizada pelo Coordenador dos transportes Luiz Cláudio Martins Machado.

6.2 Gestor do Contrato

6.2.1 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.2.2 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.2.3 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.2.4 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.2.5 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor responsável para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.



MUNICÍPIO DE CARMO DO PARANAÍBA
Termo de Referência para bens e serviços
Base legal: Lei federal nº 14.133/2021

6.2.6 A gestão do presente contrato foi realizada pela funcionária Rosimeiry Amaral Goulart de Deus.

7. Critérios de medição e de pagamento

Recebimento do Objeto

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega pelo fiscal para posterior verificação de conformidade.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído sem ônus para a Administração.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de *05 (cinco)* dias úteis, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.5. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de *10* dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

Prazo de pagamento



MUNICÍPIO DE CARMO DO PARANAÍBA
Termo de Referência para bens e serviços
Base legal: Lei federal nº 14.133/2021

7.6. O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

Forma de pagamento

7.7. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8. Forma e critérios de seleção do fornecedor

8.1. O processo de aquisição dos veículos será realizado através de pregão eletrônico, pelo “menor preço” .

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.2.1. Atestado de capacidade técnica comprovando que o licitante possui experiência e capacidade para fornecer os veículos conforme as especificações requeridas.

Habilitação jurídica

8.3. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da



MUNICÍPIO DE CARMO DO PARANAÍBA

Termo de Referência para bens e serviços

Base legal: Lei federal nº 14.133/2021

respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.9. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.10. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita



MUNICÍPIO DE CARMO DO PARANAÍBA

Termo de Referência para bens e serviços

Base legal: Lei federal nº 14.133/2021

Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal e Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.16. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal e Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.17. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal e Estadual relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.18. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.19. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida



MUNICÍPIO DE CARMO DO PARANAÍBA

Termo de Referência para bens e serviços

Base legal: Lei federal nº 14.133/2021

a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.20. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.21. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, comprovando;

8.21.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.21.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.21.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.22. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [patrimônio líquido mínimo] de 10% do valor total estimado da contratação.

8.23. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Qualificação Técnica

8.24. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.24.1. Será exigido da licitante Atestado de Capacidade Técnica, na fase da habilitação no processo licitatório, devendo ser comprovado que a empresa possui capacidade técnica, mediante comprovação de fornecimento de bens similares com o objeto desta contratação.



MUNICÍPIO DE CARMO DO PARANAÍBA
Termo de Referência para bens e serviços
Base legal: Lei federal nº 14.133/2021

8.24.2 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.24.3 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.24.4. Apresentação de manuais, catálogos e/ou folhetos dos objetos a serem fornecidos, a fim de facilitar a análise técnica da Unidade Requisitante para classificação ou não da empresa arrematante;

8.24.5. A empresa deverá apresentar junto com a proposta, declaração firmada pela licitante, de que o veículo ofertado dispõe de assistência técnica localizada a uma distância de até 300 km do município de Carmo do Paranaíba

Habilitação jurídica

8.25. público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.26. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.26.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.26.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;



MUNICÍPIO DE CARMO DO PARANAÍBA

Termo de Referência para bens e serviços

Base legal: Lei federal nº 14.133/2021

8.26.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.26.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.26.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.26.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.26.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do valor da contratação

9.1. O valor estimado da aquisição será de R\$ **510.649,97** (quinhentos e dez mil, seiscentos e quarenta e nove reais e noventa e sete centavos).

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município nas seguintes fontes e dotação:

*Resolução SES Nº 9254, de 20 de dezembro de 2023, valor R\$83.953,00.

Fonte 01.0621.0000.0651,

Dotação: 20



MUNICÍPIO DE CARMO DO PARANAÍBA
Termo de Referência para bens e serviços
Base legal: Lei federal nº 14.133/2021

Contrapartida estimada do município: R\$14.343,66

Fonte: 01.0500.0000.0002

* Resolução SES Nº 9.231 de 18 de dezembro de 2023, valor R\$85.246,90

Fonte: 01.0621.0000.0652

Dotação: 20

Contrapartida estimada do Município: R\$13.049,76

Fonte: 01.0500.0000.0002

* Resolução SES Nº 8686 de 02 de maio de 2023, valor R\$177.308,,11

Fonte:01.0621.0000.0633

Dotação:63

Contrapartida estimada do Município: R\$19.285,21

Fonte: 01.0500.0000.0002

* Emenda Impositiva nº 17/2023 – Câmara Municipal de Carmo do Paranaíba, valor R\$112.603,39

Fonte: EMENDA IMPOSITIVA

Dotação: 244

Contrapartida estimada do Município: R\$4.859,94

Fonte: 01.0621.0000.0579

Resolução: 7835

Carmo do Paranaíba, 26 de agosto de 2024.

Talita Gontijo Mendes
Secretária Municipal de Saúde



MUNICÍPIO DE CARMO DO PARANAÍBA
Termo de Referência para bens e serviços
Base legal: Lei federal nº 14.133/2021

Planilha do preço médio

ITEM	QTD	UND	MATERIAL	Preço Médio
01	04	UND	VEÍCULO BICOMBUSTIVEL (ÁLCOOL/GASOLINA), ZERO KM, ANO/MODELO 2024/2024, 05 LUGARES INCLUINDO O MOTORISTA, DIREÇÃO HIDRAÚLICA OU ELETRICA, 04 PORTAS, CAMBIO MANUAL OU AUTOMÁTICO. COM 04 PARAFUSOS EM CADA RODA. POTENCIA MINIMA 71 CAVALOS. DISTANCIA ENTRE EIXOS MINIMA DE 2.370 mm, MOTORIZAÇÃO 1.0 A 1.6, AR CONDICIONADO. TRIO ELETRICO. PORTA MALAS A PARTIR DE 300 LITROS. 0 KM, FABRICADO NO MAXIMO HÁ 06 MESES COM TODOS OS ACESSÓRIOS MINIMOS OBRIGATÓRIOS CONFORME LEGISLAÇÃO EM VIGOR.	R\$ 98.296,66



MUNICÍPIO DE CARMO DO PARANAÍBA

Termo de Referência para bens e serviços

Base legal: Lei federal nº 14.133/2021

02	01	UND	VEÍCULO TIPO FURGÃO , STANDARD, 0 KM, FRIO ABS, CARROCERIA FECHADA, AR CONDICIONADO , BICOMBUSTÍVEL, ALARME CHAVE COM TELECOMANDO, VOLANTE COM REGULAGEM DE ALTURA , BANCO DO MOTORISTA COM REGULAGEM DE ALTURA, BANCOS DIANTEIROS RECLINÁVEIS REVESTIDOS EM TECIDO, CINTO DE SEGURANÇA DIANTEIROS RETRÁTEIS 3 PONTOS, DIREÇÃO HIDRÁULICA, TRAVA ELÉTRICA, ALARME, ILUMINAÇÃO NO COMPARTIMENTO DE CARGA. ALTURA APROXIMADA DO SOLO: 174mm, ALTURA APROXIMADA DO VEÍCULO 1.900 mm, CAPACIDADE APROXIMADA DA CARGA 650 kg, CAPACIDADE VOLUMÉTRICA DA CARGA APROXIMADA 3.100 LITROS, , COMPRIMENTO APROXIMADO DO VEÍCULO 4.384 mm, ENTRE- EIXOS 2.717mm, TANQUE DE COMBUSTÍVEL 58 LITROS, POTÊNCIA MÍNIMA (CV) 85 rpm,	R\$ 117,463,33
----	----	-----	---	----------------



MUNICÍPIO DE CARMO DO PARANAÍBA
Termo de Referência para bens e serviços
Base legal: Lei federal nº 14.133/2021

		TORQUE MÍNIMO 12,4 rpm.	
--	--	-------------------------	--